

## **Agentes penitenciários, desconfiança e violência: uma cidade entre-presídios.**

Raphael Tadeu Sabaini

Mestrando em Antropologia Social – PPGAS – FFLCH

### **Introdução**

Nos últimos anos, tem-se dado cada vez maior atenção ao cenário prisional, tanto nos órgãos de imprensa quanto no meio acadêmico. A formação de facções criminosas que se demonstram possuidoras de grande poder, chama a atenção devido ao seu impacto nos mais variados setores da sociedade. Além do mais, há toda uma cobertura de cunho muitas vezes sensacionalista, feita pela imprensa, sobre as inúmeras rebeliões ocorridas no país, revelando a preocupação do Estado com a questão prisional. Aliada a isto, temos a discussão acerca da eficácia das prisões e suas constantes reformas.

A partir de todos estes fatores e de suas implicações, formou-se uma rede de estudos, análises e experiências que, ao mesmo tempo, consolida-se, academicamente, e ecoa entre os mais diversos setores da sociedade brasileira.

A instituição prisional também ocupa lugar de destaque nos relatórios produzidos por instituições de defesa dos direitos humanos. Se por um lado, a mídia costuma apontar os detentos como algozes, tais relatórios, em geral, destacam sua vitimização. Esta análise também pode ser feita em relação aos Agentes de Segurança Penitenciária (ASP)<sup>1</sup> que, apesar de serem apontados por muitos como algozes, geralmente se consideram vítimas de um sistema prisional que é difícil para todos. Fato é que se sabe pouco do cotidiano e das práticas sociais que, nas unidades penitenciárias, envolvem Agentes Penitenciários. Menos ainda se sabe da rede de relações que estes agentes estabelecem fora das penitenciárias, nas cidades em que moram.

Esta proposta visa investigar o modo de vida destes agentes, como isto se dá dentro e fora da prisão, além de tentar obter uma visão da instituição e da cidade a partir da ótica dos ASPs. Além disso, esta proposta se volta para o cotidiano dos Agentes Penitenciários, para suas práticas sociais e profissionais, assim como para os

---

<sup>1</sup> Nome e sigla do cargo atribuído pela Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

espaços urbanos de interação desses agentes que entendemos serem agentes sociais referenciais em Itirapina.

O caso de Itirapina parece demonstrar que o Agente Penitenciário interage de forma particular com a dinâmica do município. Portanto, a profissão que é vista, nos grandes centros como uma ocupação que agrega características pejorativas, em Itirapina parece se transformar em sinônimo de ascensão social, ao mesmo tempo em que cria um *status* diferenciado e uma qualidade de vida interpretada por muitos habitantes da cidade como admirável em relação aos padrões locais. Talvez este particular fenômeno passe despercebido para a maioria das pessoas que estão imersas no cotidiano de Itirapina, que conta com aproximadamente 15 mil habitantes<sup>2</sup> e dois presídios, onde se encontram, cerca de 2.400 presos.

A primeira hipótese é a de que a dinâmica do município de Itirapina parece, na maioria das vezes, girar em torno dos agentes. O uso da palavra *agente*, neste caso, acaba tendo um sentido duplo: o Agente Penitenciário, funcionário público, com suas responsabilidades, direitos e deveres que dizem respeito à sua profissão. Mas temos também um *agente social*, que “agencia” os mais variados tipos de relações urbanas no município. Nesta localidade, ser Agente Penitenciário é gozar de certo status, é possuir um emprego estável e integrar uma classe média que tem mais crédito no comércio local.

Escolher este objeto de pesquisa resultou, justamente, da curiosidade despertada em torno desta aparente inversão da figura do Agente Penitenciário itirapinense, que em tantos outros municípios e estados brasileiros é visto como um torturador, um corrupto, detentor de um subemprego. Podemos estabelecer uma comparação com a obra de Castro e Silva (2008), já que na cidade do Rio de Janeiro, os agentes têm a necessidade de esconder muito bem sua identidade profissional:

Em sociedade o Agente Penitenciário não tem o menor orgulho de revelar sua profissão. Quando por força das circunstâncias, é obrigado a fazê-lo, diz receber em troca olhares de desconfiança e acusação, como se ele fosse o responsável pelas mazelas do sistema penal (CASTRO E SILVA, 2008, p. 72).

---

<sup>2</sup> Dados populacionais obtidos através da Fundação Seade: <http://www.seade.sp.gov.br/>

Os Agentes Penitenciários do Rio de Janeiro apenas usam seus uniformes quando chegam à prisão, se trocando no vestiário da instituição; já em Itirapina, eles saem para trabalhar uniformizados. Como a cidade é pequena, muitos vão para o seu local de trabalho em bicicletas, ostentando nas costas de suas camisas o brasão do Estado de São Paulo juntamente com o escrito: “Agente Penitenciário”.

Portanto, podemos nos perguntar: quais fatores influenciaram esta suposta inversão de valores, e como o fenômeno da expansão das penitenciárias para o interior paulista, aliado às características de uma pequena cidade acabaram criando condições para a formação de determinado contexto? A partir disso, como se dá esta dinâmica num município de pequeno porte como Itirapina que tem seu cotidiano permeado por duas unidades prisionais?

Dessa maneira, é de fundamental importância o aprofundamento do estudo no debate acerca das instituições prisionais, tanto entre o que é suscitado pela mídia como também pela análise acadêmica. Ainda assim, apesar da publicação de algumas obras e pesquisas<sup>3</sup>, sabe-se pouco do cotidiano de muitas das instituições prisionais brasileiras e, principalmente, de como nelas atuam seus funcionários. Estudos sobre prisões costumam dar ênfase aos detentos (RAMALHO 1983; COELHO, 2005; BIONDI, 2008), deixando os agentes de segurança penitenciária em segundo plano.

## **Panorama Geral do Município e suas características**

A dinâmica que as duas instituições prisionais cria no pequeno município de Itirapina representa uma oportunidade para se estudar mais profundamente seus profissionais e suas relações profissionais, familiares e urbanas.

Vale lembrar que o município conta com duas instituições: a Penitenciária I (Penitenciária Dr. Antônio de Queiroz Filho) e a Penitenciária II (Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio) e que ambas se localizam na área urbana do município: a primeira, na principal entrada da cidade e, a segunda, próxima ao pequeno distrito industrial.

---

<sup>3</sup> Alguns exemplos: BIONDI (2008), MORAES (2005), CASTRO E SILVA (2008)

A Penitenciária I possui cerca de 600 detentos distribuídos em um único pavilhão e conta com aproximadamente 150 funcionários, entre os quais diretores, Agentes Penitenciários e auxiliares administrativos. A Penitenciária II abriga, atualmente, cerca de 1800<sup>4</sup> detentos e um quadro de mais ou menos 200 funcionários. Ambos os presídios trabalham com dois tipos de regime: o fechado e o semi-aberto. No regime fechado, o detento fica integralmente recluso e, no regime semi-aberto, o preso, que cumpre pena considerada leve ou que está em via de ser posto em liberdade, trabalha durante o dia nas dependências da penitenciária ou na cidade e só retorna ao presídio para dormir<sup>5</sup>.

Com base nestes números da Secretaria de Administração Penitenciária e da Fundação SEADE, podemos concluir que a população de presos das duas penitenciárias de Itirapina corresponde a 16 % do número de habitantes do município. Por causa da transferência de presos para essas unidades prisionais<sup>6</sup>, também seus familiares acabaram se mudando para bairros da periferia, aumentando o número de moradores do município. Além disso, agentes e familiares, vindos de outros municípios, também se transferiram para a cidade em função de oportunidades de emprego conquistadas através de concursos públicos.

O fenômeno instaurado pela construção de duas unidades prisionais em um município relativamente pequeno alterou o cotidiano da cidade, e ao mesmo tempo, tornou-se motivo de orgulho, já que a profissão de Agente Penitenciário foi recebida como oportunidade de ascensão social, pois ser agente implica a possibilidade pertencer a uma classe média detentora de bens, como casa própria e automóvel. Em uma cidade onde havia poucas ofertas de emprego, cargos do funcionalismo público oriundos de vagas nos quadros administrativos das penitenciárias apareceram como trabalhos bem remunerados. Diante deste caso presente no município de Itirapina, percebemos, através de Moraes (2005), esta tentativa de ascensão social também presente entre os Agentes Penitenciários do Estado do Paraná:

---

<sup>4</sup> Não há como ter um número fixo e absoluto, pois a transferência de detentos é intensa e diária.

<sup>5</sup> Dados da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo: <http://www.sap.sp.gov.br/>

<sup>6</sup> Transferência esta que ocorreu principalmente entre os detentos que estavam na capital (Casa de Detenção – Carandiru) e foram para várias unidades localizadas no interior paulista.

Os Agentes Penitenciários têm sido tradicionalmente recrutados entre trabalhadores braçais – lavradores, pintores, pedreiros, motoristas, bem como entre trabalhadores urbanos não qualificados – com baixo nível de escolaridade (MORAES, 2005, p. 209).

Além disso, há uma justificativa baseada nas vantagens provenientes do funcionalismo público para continuar se mantendo num cargo estereotipado a partir de características pejorativas: “Os salários pagos e a busca por estabilidade e segurança constituem um argumento muito comum para que, mesmo os antigos agentes, escolhessem essa profissão” (Idem, p. 210).

As relações de proximidade e de afastamento que parecem ocorrer entre os Agentes Penitenciários e a cidade de Itirapina se assemelha à concepção de estrangeiro trabalhada por Simmel (1983). O local que faz com que se viabilizem esses novos tipos de relação é justamente a cidade. Seus espaços de sociabilidade artificiais propiciam o surgimento destes tipos de relação e interação. A cidade coloca em contato os estranhos e/ou estrangeiros. O estrangeiro acaba por multiplicar as possibilidades de sociabilidade em determinados contextos:

A unificação de proximidade e distância envolvida em toda relação humana organiza-se, no fenômeno do estrangeiro, de um modo que pode ser formulado da maneira mais sucinta dizendo-se que, nesta relação, a distância significa que ele, que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele, que também está distante na verdade está próximo, pois ser um estrangeiro é naturalmente uma relação muito positiva: é uma forma específica de interação (SIMMEL, 1983, p. 182).

Podemos associar esta característica de “estrangeiro” ao Agente Penitenciário justamente por ele transitar entre o ambiente da cidade e o ambiente da penitenciária, fazendo parte de dois ambientes específicos (o universo intramuros e o extramuros), porém interligados. Ao mesmo tempo em que ele está na prisão e é visto como “de fora” pelos detentos, quando está no convívio social da cidade é visto como pertencente ao “de dentro” da penitenciária por outras pessoas da cidade que não são Agentes.

A cidade se apresenta, novamente, como espaço do confronto da diversidade. E que este confronto pode ser tanto negativo quanto positivo, ou seja, da mesma maneira em que surgem novos contextos e identidades, ao mesmo tempo outros também podem

vir a desaparecer. Porém, estes processos não deixam de serem partes integrantes da prática da socialização que encontramos principalmente no meio urbano.

Além do mais, o que poderia ser um ambiente profissional como qualquer outro, torna-se, no caso particular dos agentes prisionais, um dia-a-dia marcado por vários fatores agravantes, como a violência, a desconfiança, a constante vigilância dos outros e de si. Além dos limites físicos, arquitetônicos e espaciais, existem os limites impostos de maneira relacional e que são reapropriados e reinterpretados dentro deste universo particular. Essa transformação ocorrida no interior das prisões é descrita por Biondi:

“As organizações prisionais são um precioso exemplo de como são implantadas regras e leis próprias em um micro território inserido na Sociedade mais ampla, acionando suas auto-regulações como resultado de situações e ambientes específicos”. (BIONDI, 2006, p. 321).

Foucault (1986), em sua análise sobre a violência nas prisões, analisa os métodos punitivos adotados na repressão à delinquência, destacando que o nascimento da prisão é intrínseco ao próprio funcionamento da sociedade. Ela acabou se constituindo fora de todo o aparato judiciário, fixando, distribuindo, classificando, tirando dos indivíduos o máximo de tempo e o máximo de forças, treinando seus corpos, codificando seu comportamento contínuo, mantendo-os, assim, em constante vigilância, constituindo sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A partir da aplicação desta constante vigilância, surge uma “fabricação” de indivíduos, como afirma Foucault (1986, p. 143): “A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”.

Este estado de vigilância constante cria corpos dóceis, e isto não ocorre somente nas prisões, mas este fenômeno se espalha pelos mais diferentes espaços de sociabilidade da sociedade. O caso de Itirapina parece demonstrar isso de uma maneira ainda mais acentuada: não somente os presos e os agentes parecem sofrer com essa docilização, mas também seus respectivos familiares e amigos. Não podemos deixar de notar como os outros moradores da cidade também são afetados, seja de maneira direta ou indireta.

A partir deste estado constante de vigilância que dociliza estes corpos, interessa-nos também investigar como esses Agentes Penitenciários vivem o trânsito constante entre o interior da Instituição, um ambiente tenso, marcado muitas vezes pela violência e desconfiança, que é seu local de trabalho, e o lado de fora da Penitenciária, onde convivem com familiares e amigos, em locais em que a prática dessas “vigilâncias” acaba por se estender para além dos muros da prisão:

Dizia-me um funcionário do Sistema, com quem conversei, da insegurança que experimentava. Imaginava uma multidão de olhos que se distribuía para frente e para trás no tempo, marcando seu rosto sem que nada pudesse fazer para burlar essa vigilância. Isto comportava tanto os egressos e seus visitantes, quanto o que para ele era um caso extremo: as crianças que visitavam os presos e a impossibilidade de reconhecê-las, uma vez que, com o passar do tempo, se tornavam homens. “Alguns deles criminosos, assim como o pai, o tio, o avô” – assinalava. O que fazer neste caso? Dizia que vivia em um estado de tensão contínua, de permanente observação dos locais aonde ia e das pessoas com quem encontrava. Paranóia infinita diante da linha genealógica do crime (BARBOSA, 2007, p. 147).

O estado de vigilância e a disciplina são características constantes no cotidiano do Agente Penitenciário, pois este acaba por criar um novo comportamento a partir de um modo de vida mais cauteloso, o que se estende a seus familiares e amigos. Com isso, podemos afirmar que a prisão não é uma “totalidade”, como afirmava Goffman (1999) ao tratar desta instituição como algo encerrado em si mesmo (uma “Instituição Total”). Penitenciárias atingem desde as pessoas mais ligadas a ela, como seus funcionários e detentos, mas também os que mantêm relações com esses, direta ou indiretamente. Estas outras pessoas, como familiares e amigos dos Agentes Penitenciários e também dos presos, acabam sofrendo certa influência dos códigos e práticas presentes no sistema prisional. Podemos, portanto, pressupor como, a partir desta complexa e fluida rede de relações sociais, o cotidiano das duas penitenciárias de Itirapina atinge um grande número de pessoas na cidade.

Manuela Ivone Cunha (2002) aborda como o “dentro” e “fora” da prisão estão interligados e se comunicam como se fosse um movimento pendular entre dois ângulos<sup>7</sup>, e de como a partir deste movimento criam-se novos tipos de relações. O

---

<sup>7</sup> A vida intramuros e extramuros

Agente Penitenciário, justamente por transitar entre lado de fora e o de dentro da prisão, traz à tona certa preocupação, como apontada por Castro e Silva (2008):

Quais as conseqüências para os Agentes Penitenciários de serem socializados nos valores que vigoravam intramuros e passarem a utilizar tais normas? Tendo a acreditar que, se for verdade que as unidades prisionais operariam com uma lógica singular cujos padrões seriam fornecidos pelos próprios condenados, ela seria duplamente prejudicial à sociedade, pois, além de não ressocializar o interno, ainda socializaria o guarda no “mundo do crime” (CASTRO E SILVA, 2008, p. 88).

Com esta pesquisa, pretendemos averiguar, portanto, novos tipos de relações e de interações que podem estar surgindo, em Itirapina, a partir da política penitenciária paulista de expansão das unidades prisionais para o interior.

Itirapina teve a construção de suas duas penitenciárias em momentos diferentes: a Penitenciária I foi construída durante o período da ditadura militar, mais precisamente no ano de 1978; já a Penitenciária II foi construída em 1998, justamente na década em que se encontra a maciça expansão das prisões para o interior do Estado de São Paulo. No final dos anos 1970, o modelo de penitenciária (seja arquitetônico, político ou jurídico-criminal) estava baseado em um contexto em que o regime autoritário se refletia no interior dos presídios, marcados por muita violência e repressão. Ainda durante o período da ditadura militar, é criada a FUNAP<sup>8</sup>, que se originou através da Lei nº 1.238, de 22 de dezembro de 1976, tendo seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.235, de 30 de agosto de 1977. Já nos anos 1980, no período compreendido entre o fim da ditadura militar e o período de redemocratização, o modelo de política penitenciária vigente utilizou-se justamente da FUNAP como meio na tentativa de recuperar o preso, conforme um dos termos do estatuto da Fundação:

Contribuir para a recuperação social do preso e para a melhoria de sua condição de vida, através da elevação do nível de sanidade física e moral, do adestramento profissional e do oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado.

Já durante a década de 1990, segundo o censo penitenciário da própria FUNAP<sup>9</sup>, o Estado de São Paulo apresentava um das maiores populações carcerárias do

---

<sup>8</sup> Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso – planeja, desenvolve e avalia programas sociais para os presos e egressos (ex-presidiários) das 144 penitenciárias do Estado de São Paulo – <http://www.funap.sp.gov.br/>

<sup>9</sup> <http://www.funap.sp.gov.br/>



país, além de possuir déficit de vagas. Como os governos federal e estadual tinham como representantes políticos do PSDB, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, respectivamente, ambas as esferas de poder se apoiaram para criar um projeto de expansão de vagas do sistema penitenciário, o que incluía a desativação da Casa de Detenção de São Paulo e a interiorização das unidades prisionais por todo o interior do estado. Percebemos que se, durante o período militar, houve um momento repressivo, depois, durante o período de redemocratização, houve um momento de expansão das unidades prisionais para novas cidades. Durante este processo de expansão, foram construídas 21 novas penitenciárias, entre elas, a Penitenciária II de Itirapina (Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio). Podemos perceber a diferença dos contextos em que cada Penitenciária foi implantada e de como a dinâmica social do município de Itirapina acabou sendo, de certa maneira, fruto desta política de interiorização das penitenciárias no Estado de São Paulo.

## **Bibliografia**

BARBOSA, Antônio Rafael. Um levantamento introdutório das práticas de violência física dentro das cadeias cariocas. **In: Marques, Ana Claudia (org.). Conflitos, política e relações pessoais.** Campinas: Pontes Editores, 2007.

BIONDI, Karina. Tecendo as tramas do significado: As facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais. **In: Grossi, M. P., Heilborn, M. L., Machado, L. Z. Antropologia e Direitos Humanos 4.** Florianópolis: Nova Letra, 2006.

\_\_\_\_\_. "Junto e Misturado em Prol do Comando": Reflexões acerca da imanência e transcendência no PCC. **In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu.** Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008. v. I.

BONELLI, Maria da Glória et alli. **Profissões jurídicas identidades e imagem pública.** São Carlos: Edufscar, 2006.

CASTRO E SILVA, Anderson Moraes de. **Nos braços da lei: o uso da violência negociada no interior das prisões.** Rio de Janeiro: e+a, 2008.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre a criminalidade.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

CUNHA, Manuela Ivone Pereira da. **Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos**. Portugal: Fim de século, 2002.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: Edusp, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GÓES, Eda Maria. **Transição Política e Cotidiano Penitenciário**. São Paulo: História, 2004, p. 219-238.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GOLDMAN, Márcio. **Alteridade e Experiência: Antropologia e Teoria Etnográfica**. Etnográfica, Vol. X/1, 2006, p. 161-173

HANNERZ, U. "Thinking about cultures and cities"; "Cities as windows on the world" In: Deben, L.; Heinemeijer, W.; Van der Vaart, D. (eds.) **Understanding Amsterdam: essays on economic vitality, city life and urban form**. Apeldoorn-Antwerpen, Het Spinhuis, 2007, p. 61-196.

KUPER, Adam. O Retorno do Nativo. In: **Horizontes Antropológicos ano 8, n. 17**. Porto Alegre, 2002, p.213-237.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia volta volver**. Rio de Janeiro: Ed. FGD, 1997.

\_\_\_\_\_ **Hierarquia e individualismo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_ "Introdução à obra de Marcel Mauss", In: MAUSS, M., *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP/EPU, 1974.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP/EPU, 1974.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre Agentes Penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do Crime: A ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SABAINI, Raphael. **Hierarquia, Status e Troca: os Agentes Penitenciários de Itirapina**. Monografia de conclusão de curso. São Carlos: UFSCar, 2009.

SIMMEL, G. "As grandes cidades e a vida do espírito". *Mana* vol. 11, n. 02, Rio de Janeiro, Museu Nacional, out/2005, p. 577-591.

\_\_\_\_\_. “O Estrangeiro”. In: Moraes, E. (org.). *Sociologia: Simmel*. São Paulo, Ed. Ática, 1983 [1908], p. 182-188.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.

### **Referências veiculadas por meio eletrônico:**

Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso:  
<<http://www.funap.sp.gov.br/>>

Fundação SEADE:  
<<http://www.seade.gov.br/>>

SABAINI, Raphael. Artigo em página eletrônica: Agentes Penitenciários de Itirapina, SP: identidade e hierarquia. **Ponto Urbe**: revista Digital do Núcleo de Pesquisa Urbana (NAU) da USP. São Paulo, ano 3, dezembro de 2009. Disponível em:  
<[http://pontourbe.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=45:agentes-penitenciarios-de-itirapina-sp-identidade-e-hierarquia&catid=7:graduacao-em-campo&Itemid=12](http://pontourbe.net/index.php?option=com_content&view=article&id=45:agentes-penitenciarios-de-itirapina-sp-identidade-e-hierarquia&catid=7:graduacao-em-campo&Itemid=12)>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo:  
<<http://www.sap.sp.gov.br/>>